CULTURAS NEGRAS E INDÍGENAS EM PERIÓDICOS BRASILEIROS ANTES E DEPOIS DAS LEIS 10.639/2003 E 11.645/2008

Gabrielle Gomes da Silva, Ione da Silva Jovino, ionejovino@uepg.br

Universidade Estadual de Ponta Grossa. Departamento de Estudos de Linguagem.

Linguística, Letras e Artes. Linguística e análise linguística.

Palavras-Chave: *educação básica, raça, etnia, pesquisa bibliográfica.*

Resumo

É de extrema importância abranger no Ensino Básico a História e cultura em geral dos povos que habitam em nosso país. No Brasil a partir da Lei 10.639/2003, e para os indígenas a Lei 11.645/2008, tornaram obrigatório o ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena e deveriam permitir que indivíduos de grupos étnicos e raciais que estão nas chamadas minorias, pudessem se ver como protagonistas em seu passado, presente e futuro. O presente subprojeto tem como objetivo fazer uma pesquisa bibliográfica sobre como tais leis influenciaram a comunidade científica, através de pesquisa qualitativa e quantitativa de periódicos acadêmicos nas plataformas Portal de Periódicos CAPES e Scielo antes e depois da instauração de tais decretos constitucionais, investigando as temáticas abordadas e seu impacto no ensino fundamental e médio. A pesquisa deve focar a produção nas áreas de linguística e letras ou produções indisciplinares.

Introdução

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n.9394 de 1996, um conjunto de dispositivo legais foi produzido no Brasil, com vistas à constituição de políticas públicas para a igualdade racial, dentre elas as Leis que alteraram a LDB: 10.639/03 e 11.645/08 que estabeleceram a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

Material e Métodos

O foco do presente subprojeto é mapear as produções em periódicos acadêmicos das áreas de linguística e letras, analisando na as principais diferenças encontradas na comunidade científica brasileira da área antes e depois da instauração das Lei 10.639/2003 e também da Lei 11.645/2008, que trazem alterações na LDB 9394/96, instaurando a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afrobrasileira, africana e Indígena.

Resultados e Discussão

Nesta fase inicial do projeto, foram reunidos alguns artigos científicos para a coleta de dados quanti qualitativos. Estes, no entanto, ainda não foram classificados.

A expectativa para o presente subprojeto é que se encontre, primeiramente, um grande aumento no número de periódicos sobre as culturas afro-brasileira e indígenas após o início do ensino de suas Histórias, Artes e Literaturas nas escolas do ensino fundamental e médio.

Conclusão ou Conclusões

Em aberto até finalização do subprojeto.

Agradecimentos

Agradeço a Universidade Estadual de Ponta Grossa e a Fundação Araucária pela disponibilização de bolsa para este projeto.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf >. Acesso em: 24 jun. 2021.

CARNEIRO, A. S. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

GOMES, N. L. (Org). Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/2003. Brasília: MEC, UNESCO, 2012.

Gomes, Nilma Lino e JESUS, Rodrigo Ednilson. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 47, p. 19-33, jan./mar. 2013. Editora UFPR

SANTOS, D. S. Desempenho, evasão e permanência dos alunos indígenas e negros quilombolas ingressantes pelo programa UFGInclui da Universidade Federal de Goiás - Regional Jataí. 2017. 240 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Jataí, 2017.